



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 20, v. 3
out-dez. 2024
p. 17-45

Hazte Oír e o aprendizado político do OIB, um *think tank* do movimento antigênero brasileiro

(*Hazte Oír and OIB political learning, a think tank of the Brazilian anti-gender movement*)

(*Hazte Oír y el aprendizaje político del OIB, un think tank del movimiento antigénero brasileño*)

Ana Kelma Cunha Gallas¹
Olívia Cristina Perez²

RESUMO: Este estudo foca no aprendizado político resultante da aliança transnacional entre o Observatório Interamericano de Biopolítica (OIB) e a organização espanhola Hazte Oír, que contribuiu para a atual configuração do movimento antigênero no Brasil. A pesquisa adota a hipótese de que a mentoria da Hazte Oír proporcionou ao OIB um aprendizado político significativo, refletindo-se no fortalecimento de suas capacidades de *advocacy* e na consolidação de sua posição como um *think tank* influente no debate sobre sexualidade e gênero no contexto de 2013 a 2022. Utilizando o arcabouço da *Advocacy Coalition Framework* (ACF), o estudo analisa as dinâmicas de ação do OIB, focando especialmente na interação entre os atores envolvidos e na evolução de suas táticas. A metodologia qualitativa empregada baseia-se na análise de um *corpus* diversificado de fontes documentais, incluindo artigos de jornais, documentos oficiais e material de audiências públicas. As conclusões indicam que o aprendizado político adquirido por meio dessa parceria não apenas fortaleceu as capacidades do OIB, mas também o posicionou como um agente central na promoção de uma agenda conservadora no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Observatório Interamericano de Biopolítica; think tank; movimento antigênero; Hazte Oír; *Advocacy Coalition Framework*; aprendizado político.

Abstract: This study focuses on the political learning resulting from the transnational alliance between the Observatório Interamericano de Biopolítica (OIB) and the Spanish organization Hazte Oír, which has contributed to the current configuration of the anti-gender movement in Brazil. The research adopts the hypothesis that Hazte Oír's mentoring provided OIB with significant political learning, reflected in the strengthening of its advocacy capacities and the consolidation of its position as an influential think tank in the debate on sexuality and gender in the context of 2013 to 2022. Using the Advocacy Coalition Framework (ACF), the study analyzes the dynamics of OIB's actions, focusing in particular on the interaction between the actors involved and the evolution of their tactics. The qualitative methodology employed is based on the analysis of a diverse corpus of documentary sources, including newspaper articles, official documents and material from public hearings. The conclusions indicate that the political learning acquired through this partnership has not only strengthened OIB's capacities, but has also positioned it as a central agent in promoting a conservative agenda in Brazil.

Keywords: Inter-American Observatory of Biopolitics; think tank; anti-gender movement; Hazte Oír; Advocacy Coalition Framework; political learning.

Resumen: Este estudio se centra en el aprendizaje político resultante de la alianza transnacional entre el Observatorio Interamericano de Biopolítica (OIB) y la organización española Hazte Oír, que contribuyó para la actual configuración del movimiento antigénero en Brasil. La pesquisa adopta la hipótesis de que la mentoría de Hazte Oír ha proporcionado al OIB un aprendizaje político significativo, reflejándose en el fortalecimiento de sus capacidades de *advocacy* y en la consolidación de su posición como un *think tank* influyente en el debate sobre sexualidade y género en el contexto de 2013 a 2022. Utilizando la estructura de la *Advocacy Coalition Framework* (ACF), el estudio analiza las dinámicas de acción de OIB, enfocándose especialmente en la interacción entre los actores involucrados y en la evolución de sus tácticas. La metodología cualitativa empleada se basa en el análisis de un corpus diverso de fuentes documentales, incluyendo artículos de periódicos, documentos oficiales y material de audiencias públicas. Las conclusiones indican que el aprendizaje político adquirido a través de esta alianza no solo fortaleció las capacidades del OIB, sino que también lo posicionó como un agente central en la promoción de una agenda conservadora en Brasil.

Palabras clave: Observatorio Interamericano de Biopolítica; think tank; movimiento antigénero; Hazte Oír; Advocacy Coalition Framework; aprendizaje político.

1 Mestre em Antropologia e Arqueologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutoranda em Políticas Públicas na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professora no Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA). E-mail: kelmagallas@outlook.com. <https://orcid.org/0000-0001-5948-1505>

2 Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do bacharelado e mestrado em Ciência Política e do doutorado em Políticas Públicas na Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: oliviaperez@ufpi.edu.br. <https://orcid.org/0000-0001-9441-7517>



1 Introdução

Este estudo examina o aprendizado político resultante da aliança entre o Observatório Interamericano de Biopolítica (OIB) e a organização transnacional Hazte Oír, explorando como essa colaboração influenciou na configuração atual do movimento antigênero no Brasil.

A organização, fundada oficialmente em 2014 por membros da Renovação Carismática Católica (RCC)³, emergiu como um *think tank*⁴ influente no movimento antigênero brasileiro, advogando contra os direitos LGBTQIAPN⁵ e das mulheres. Sob a liderança do professor Felipe Nery⁶, o OIB se apresenta como uma organização de cidadãos livres, conscientes e ativos, com o propósito de “contribuir para o fortalecimento de condutas parlamentares comprometidas com a vida, família, educação e liberdade” (Observatório Interamericano de Biopolítica, [20--]). No entanto, estudos retratam o OIB como um grupo ultraconservador⁷ (Machado, 2018), obscuro (Paiva, 2015) e midiaticamente influente (Gomes, 2020). No parlamento, o OIB teve um papel relevante na supressão do debate acerca dos direitos sexuais e reprodutivos no país (Teixeira, 2019) e atuou, principalmente, contra o aborto legal (Gonçalves, 2018).

Como uma organização das direitas brasileiras, o OIB ganhou notoriedade nas esferas digitais disseminando conteúdos alarmistas sobre sexualidade e gênero (Gomes, 2020). Com apoio de instituições religiosas e de grupos contrários aos estudos de gênero, o observatório teve seus discursos “difundidos em igrejas, escolas confessionais, meios de comunicação e sociedade civil” (Magalhães, 2020, p. 37). A utilização de discursos alarmistas, aliada à promoção intransigente de uma visão naturalista e rígida dos papéis de gênero, demonstra que o OIB se utiliza de estratégias típicas da extrema-direita, visando deslegitimar e combater qualquer forma de igualdade de gênero e direitos LGBTQIAPN+.

3 O protagonismo da Renovação Carismática Católica (RCC) na gestação do Observatório Interamericano de Biopolítica (OIB) é explicado pela configuração desse movimento, que busca moldar a sociedade de acordo com valores religiosos (Novaes, 2001; Silva, 2017). Operando com um grande grau de independência e autonomia (Mariz, 2003), a RCC vem se consolidando como uma força política influente e conservadora (Ortunes; Martinho; Chaia, 2019), sendo considerada um dos movimentos da Igreja Católica mais ativos na esfera política brasileira (Machado, 2015).

4 *Think tank* ou “centro de pensamento” é uma organização de pesquisa e análise que se dedica à produção e disseminação de conhecimento especializado com o objetivo de influenciar políticas públicas e o debate social. Combina características de instituições acadêmicas e grupos de *advocacy*, operando com relativa autonomia.

5 LGBTQIAPN+: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis/Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais/Arromânticos/Agênero, Pansexuais/Polissexuais/Panromânticos, Não Binários e muito mais

6 Pedagogo e professor; presidente do Observatório Interamericano de Biopolítica (OIB); presidente do Instituto Sophia Perennis de consultoria pedagógica; organizador e editor do livro *Gênero: ferramenta de desconstrução da identidade*; organizador de congressos, seminários e cursos na área de educação; diretor da Editora Katechesis.

7 O conservadorismo é entendido como uma doutrina política que valoriza as instituições e práticas tradicionais (Minogue *et al.*, 2024), exercendo oposição às mudanças sociais rápidas (Huntington, 1957). Nesse sentido, dá grande valor a instituições como a família, a religião e o Estado (Correia; Gallo, 2013). O ultraconservadorismo, considerado uma forma mais radical do conservadorismo, é frequentemente associado aos movimentos de extrema-direita, racistas, xenófobos e autoritários (Löwy, 2015).



Atuante no movimento antigênero brasileiro, o OIB⁸ iniciou sua trajetória política no início da década de 2010. Seu surgimento na cena política ocorreu após um treinamento com Ignacio Arsuaga, fundador e presidente da Hazte Oír (Faça-se Ouvir) e de seu braço digital, a CitizenGo (Vamos, Cidadão), organizações da ultradireita católica, sediadas na Espanha. Essas organizações têm atuado em diversos países da Europa e América Latina (Datta, 2018; Permoser; Stoeckl, 2021). A transferência de repertórios, táticas e discursos se mostraram decisivos na promoção de uma agenda antigênero em escala mundial.

As dinâmicas dos movimentos conservadores, especialmente aqueles contrários às políticas de gênero, suscitam inúmeros estudos, destacando, sobretudo, a crescente influência de organizações conservadoras transnacionais e seu impacto nas políticas públicas (Datta, 2018; Paternotte; Kuhar, 2018). Contudo, a especificidade da interação entre o OIB e a Hazte Oír, e como essa relação moldou a trajetória do *think tank* brasileiro, permanece insuficientemente explorada. Este artigo se propõe a preencher essa lacuna, problematizando como o aprendizado político, proporcionado pela Hazte Oír, transformou o OIB em um ator importante na política conservadora brasileira no contexto de 2013 a 2022. Nesse sentido, o estudo adota como problema de pesquisa: como o aprendizado político proporcionado pela organização transnacional Hazte Oír moldou a trajetória política do OIB, transformando-o em um *think tank* importante do movimento antigênero brasileiro?

Sustentamos que a aliança estratégica entre o OIB e a Hazte Oír representa um fenômeno multifacetado que exige uma análise aprofundada das interações políticas transnacionais e do impacto dessas relações no contexto político brasileiro. Este estudo se concentra, portanto, em desvendar os mecanismos por meio dos quais a mentoria de Hazte Oír não apenas transferiu conhecimento e estratégias, mas também capacitou o OIB a se posicionar como um ator central na promoção de uma agenda conservadora no Brasil. A complexidade reside na intersecção de influências ideológicas, táticas de mobilização e estruturas de poder que permitiram ao OIB adaptar e implementar metodologias de *advocacy* aprendidas com seus mentores espanhóis. Toma-se como hipótese que o OIB foi mobilizado, por meio da aliança com a Hazte Oír, a se transformar em uma organização *think tank* do movimento antigênero brasileiro. Entendemos que essa colaboração não apenas aprimorou as capacidades de *advocacy* do OIB, mas também ampliou sua influência nas

8 O uso do termo “biopolítica” pelo Observatório Interamericano de Biopolítica (OIB) diverge significativamente da concepção teórica original de Michel Foucault. Enquanto Foucault define a biopolítica como uma forma de poder que se exerce sobre a vida, controlando populações por meio de técnicas disciplinadoras e reguladoras, o OIB reinterpreta o termo para enfatizar a “gestão da vida” focada na preservação da dignidade humana, em oposição à “gestão da morte” associada às políticas reprodutivas liberais. Nessa reinterpretação, o OIB usa a biopolítica para justificar uma agenda moral conservadora, influenciando políticas públicas e impondo um controle moral sobre questões de gênero e direitos reprodutivos.



políticas públicas relativas a gênero e sexualidade no país.

Este estudo não se limita a mapear a trajetória do OIB, mas busca compreender como a interação entre atores políticos e organizações transnacionais pode reconfigurar o panorama das políticas públicas sobre gênero e sexualidade. Ao utilizar o arcabouço teórico da *Advocacy Coalition Framework* (ACF), a pesquisa investiga como crenças compartilhadas e esforços coordenados dentro dessas coalizões de defesa contribuem para a consolidação de uma agenda antigênero. A ACF define a aprendizagem orientada para políticas como “alternâncias relativamente duradouras de pensamento ou intenções comportamentais que resultam em experiência e/ou novas informações, que se preocupam com a obtenção ou revisão de objetivos políticos” (Sabatier; Jenkins-Smith, 1999, p. 123).

Como uma teoria causal do processo político, a ACF é usada neste trabalho como base teórica para entender a dinâmica de ação de atores políticos motivados por suas crenças em contextos. A ACF parte do pressuposto de que a política envolve vários círculos de atores sobrepostos e em interação em diferentes níveis de poder. Nessa abordagem, as políticas públicas são entendidas como um subsistema inserido em um contexto de disputas de sentido, onde atuam outros vários atores operacionalizando diferentes discursos (Duarte, 2019).

A perspectiva teórica da ACF, com sua capacidade de integrar crenças, recursos e estratégias de múltiplos atores em um quadro analítico coeso, é particularmente eficaz para capturar a complexidade do aprendizado político e da influência transnacional que caracteriza a relação entre o OIB e a Hazte Oír. Nessa perspectiva, o ponto de partida analítico é identificar o subsistema de política ocupado pelo OIB, considerando que um subsistema é formado pela interação de atores especializados ou de “elites políticas” envolvidas em um determinado domínio político (Sabatier, 1998). Como organização que atua num subsistema da política pública por meio de acordos, no qual o sistema de crenças é o que mantém as conexões entre distintos atores políticos, o OIB se enquadra nas premissas de Jenkins-Smith e demais autores (2014), especialmente quando defendem que os desenhos das políticas públicas são traduções das crenças que mantêm essas coalizões.

A premissa central desse modelo de análise é que a formulação de políticas ocorre por meio da interação dinâmica entre grupos de interesse que competem para influenciar o curso da seleção de políticas (Schlager; Blomquist, 1996). Por meio desse aporte teórico, pretende-se entender a dinâmica de configuração das coalizões que reúnem atores políticos com distintas posições ideológicas, mas que passam a atuar, juntos, para defender causas em comum. Depreende-se que esses atores compartilham não apenas crenças e objetivos semelhantes, mas estratégias de atuação



e discursos.

A pesquisa é de natureza documental e adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise de um *corpus* diversificado de arquivos disponíveis na internet. Estes incluem jornais, revistas, *sites*, audiências públicas e documentos oficiais que tratam do OIB. No processo de coleta de dados, foram selecionados 107 textos provenientes de sites jornalísticos, excluindo-se conteúdos republicados em *blogs* religiosos. Além disso, foram analisados 60 documentos relacionados à participação do OIB em atividades nas câmaras municipais, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, além de 27 vídeos disponibilizados em canais do YouTube que abordam eventos e audiências. Essa amostra foi considerada significativa, com base em critérios de relevância. O princípio da saturação teórica foi seguido, interrompendo-se a coleta de dados quando novas informações começaram a apresentar redundância.

Os arquivos foram coletados por meio de uma *Application Programming Interface* (API), um programa automatizado em linguagem de script Python, desenvolvido especificamente para esta pesquisa. A API explorou o acervo de informações disponíveis na internet, contemplando o período de 2012 a 2022, e extraiu principalmente dados não estruturados e textos dispersos da web, localizados por meio de palavras-chave como “Observatório Interamericano de Biopolítica”, “Felipe Nery” e “Ideologia de Gênero”. Embora a mineração de dados tenha ficado limitada ao universo textual, o esforço de processamento e outras implementações técnicas resultaram em uma coleta satisfatória para os objetivos da pesquisa.

2 Mentoria política da Hazte Oír no processo de criação do OIB

Membros de coalizões de defesa podem aprender dentro e/ou com outras coalizões, dependendo dos estímulos experimentados (Jenkins-Smith *et al.*, 2014). Esse aspecto é particularmente relevante na relação entre a Hazte Oír e o OIB. Ambas as organizações, católicas e de direita, atuam no movimento antigênero, compartilhando objetivos, estratégias e discursos. Em novembro de 2013, a presença de Ignacio Arsuaga, fundador e presidente da Hazte Oír, na formação do OIB sugere ter ocorrido uma transferência significativa de conhecimento político e estratégico. Embora as relações entre Hazte Oír e OIB ainda sejam pouco investigadas, a colaboração entre essas entidades reflete a dinâmica de aprendizado e influência mútua dentro das coalizões de defesa conservadoras.

Ignacio Arsuaga Rato, um advogado ultraconservador católico, emergiu no cenário político e social espanhol como uma figura complexa e controversa (Diéguez, 2017). Com um perfil profundamente enraizado em valores conservadores e católicos, Arsuaga tem exercido uma



influência notável na política espanhola, especialmente no que tange às discussões sobre direitos LGBTQIAPN+, educação sexual nas escolas e legislação sobre o aborto (Cornejo-Valle; Pichardo, 2018). Arsuaga é o dirigente máximo do que se tem chamado de Tea Party Espanhol (Vera, 2017). Sua capacidade de gerar debates públicos e influenciar a narrativa política demonstra o papel significativo que exerce no sistema político espanhol, reforçando ideologias e promovendo uma agenda moral específica (Garrido, 2014). Em 2012, por exemplo, Arsuaga organizou o Congresso Mundial das Famílias em Madrid, evento que foi considerado um poderoso lobby, reunindo desde os ultraortodoxos russos a católicos reacionários norte-americanos (Forti, 2022). Esse evento marcou a parceria da organização católica com a The Howard Center for Family, Religion and Society (Centro Howard para Família, Religião e Sociedade, em tradução livre), organização que promove mundialmente o World Congress for Families (WCF) (Rivera, 2019). Em 2013, Arsuaga recebeu em Sydney, Austrália, o prêmio “Homem do Ano em defesa da família natural”, concedido pelas associações e fundações integrantes do WCF.

É possível entender por que, em 2013, o treinamento de Arsuaga aos membros do OIB foi repercutido com entusiasmo pela Agência Católica de Informações (ACI digital). Para a agência, a Hazte Oír é “uma associação pró-vida espanhola que promove a participação dos cidadãos na vida política e social”. Essa participação ocorreria, segundo a ACI, tanto por meio “de petições online como através de passeatas e outros tipos de manifestações públicas que visam a defesa dos valores fundamentais e inegociáveis da sociedade, como dizia o beato João Paulo II” (ACI digital, 2013). Na Espanha, a Hazte Oír “lidera um novo tipo de iniciativas especializadas no ataque aos direitos sexuais e reprodutivos, na lógica doutrinária da ‘ideologia de gênero’ e em paralelo com a agenda da extrema direita” (Cornejo-Valle; Pichardo, 2018, p. 533).

É importante dizer que, sob os auspícios da Igreja Católica, grupos e organizações têm utilizado as concepções da “ideologia de gênero” para galvanizar apoio de conservadores, visando limitar os direitos de mulheres e LGBTQIAPN+. Em muitos países, a mobilização antigênero resulta de coalizões entre fundamentalistas evangélicos e católicos, reunidos pelo desejo de ampliar a influência religiosa na esfera política (Case, 2019).

Na perspectiva religiosa, as mudanças revolucionárias provocadas pelas feministas e pelas minorias sexuais são um ataque direto a sua visão de mundo. “De forma redutiva, estes movimentos são geralmente considerados como os responsáveis pela atual crise da família patriarcal” (Vaggione, 2005, p. 20). Os atores políticos religiosos acreditam que esses movimentos (feministas e LGBTQIAPN+) colocam em risco o próprio modo de vida em que a família natural é central. “No cerne do fenômeno da politização reativa está o antagonismo com os movimentos feministas



e de minorias sexuais. Esses movimentos são retratados como ameaçadores do espaço ‘sagrado’ da família” (Vaggione, 2005, p. 20). Como estratégia, os setores religiosos patriarcais responsabilizam as feministas e as minorias sexuais pela crise da família nas sociedades contemporâneas, enquanto reforçam a concepção de uma família tradicional cada vez mais institucionalizada.

Para combater avanços sociais nesse campo, a Santa Sé, como autoridade religiosa e ator católico mais expressivo em nível internacional, formulou e disseminou, em escala global, o constructo conhecido como “ideologia de gênero”. Esse conceito carrega uma retórica poderosa capaz de naturalizar e justificar as desigualdades entre os sexos e gêneros. Esse constructo é uma ferramenta estratégica para movimentos conservadores e religiosos contra as políticas de igualdade, consideradas ameaças à família tradicional e aos valores sociais (Paternotte; Kuhar, 2017; Corredor, 2019). A construção e disseminação do conceito retórico “ideologia de gênero” sinaliza, assim, duas respostas da Igreja Católica aos avanços em direitos sexuais e reprodutivos: a reatividade e a adaptabilidade (Vaggione, 2005). Movimentos antigênero, nessa perspectiva, representam uma combinação dessas duas respostas. Como reatividade, combatem diretamente os avanços dos direitos sexuais e reprodutivos, e, ao mesmo tempo, se adaptam continuamente, ajustando e modernizando estratégias de influência para sustentar e expandir a agenda conservadora no cenário global.

Em 2013, por exemplo, o treinamento de Arsuaga aos membros do OIB visava, sobretudo, replicar o modelo de atuação da Hazte Oír no Brasil, capacitando os membros do OIB nas táticas de pânico moral, *advocacy* e uso das redes sociais para influenciar a política:

Simplificando, o modelo gira em torno de identificar os inimigos, recolher e-mails de apoiadores, captar recursos e fazer lobby e uso intensivo de redes sociais para pautar a política. Em outro documento, usado para treinar equipes, estão as bases do que eles chamavam de ‘guerra cultural’, expressão que seria largamente usada por influenciadores de extrema direita no Brasil durante a campanha de Bolsonaro (Demori, 2021).

Além de ensinar um modelo de atuação política, Arsuaga integrou o OIB a uma espécie de rede colaborativa entre as organizações religiosas de direita, organizando, dessa forma, próprio movimento antigênero brasileiro:

Arsuaga veio ao Brasil para uma missão: juntar os militantes locais dispersos e ensiná-los como montar e financiar uma organização nos moldes da Hazte Oír – que, àquela altura, já havia crescido e mudado seu nome para CitizenGo (algo como Vamos, Cidadão, em inglês), numa estratégia para expandir sua pauta globalmente. Arsuaga foi recebido em São Paulo por um padre de Osasco e um casal de militantes antiaborto. Depois daquele encontro, o Brasil não seria mais o mesmo (Demori, 2021).

O padre mencionado na reportagem é José Eduardo Oliveira e Silva, de Osasco; o casal, Felipe Nery e Renata Gusson, do movimento carismático, todos conhecidos por sua militância contra



o aborto e pela campanha pela exclusão do termo “gênero” dos planos de educação. Dessa forma, a visita de Arsuaga ao Brasil, segundo Pereira (2022), representou uma oportunidade política para católicos ultraconservadores. Até 2013, “suas relações eram regionalizadas nas Igrejas em que os padres optavam por missas e encontros dos grupos ligados a corrente da Renovação Carismática” (Santos, 2021, p. 130). Esses grupos, visivelmente insatisfeitos com os avanços obtidos pelos movimentos LGBTQIAPN+ e feministas no país, viram na presença de Arsuaga uma chance de fortalecer suas posições e influenciar o debate público sobre essas questões.

O treinamento, sugestivamente denominado de “Como construir com êxito um movimento social”, foi oferecido aos membros do OIB, no dia 05 de novembro de 2013, em São Paulo (ACI digital, 2013), resultando em mudanças profundas na forma dessa organização atuar no campo político.

Reconhecida internacionalmente por sua atuação em prol de uma agenda conservadora global (Datta, 2018), a Hazte Oír é considerada uma organização de extrema-direita transnacional (Forti, 2022), que prosperou no campo político por meio de uma “complexa rede de alianças, tanto a nível nacional como internacional” (Cornejo-Valle; Pichardo, 2017, p. 241). Atuando como um *think tank* que dissemina uma agenda moral por meio de discussões secularistas, a Hazte Oír se infiltrou nas esferas do poder para influenciar e moldar políticas públicas (Barrera-Blanco; Cornejo-Valle; Pichardo, 2023). Politicamente, a Hazte Oír vem liderando uma série de iniciativas especializadas que “operam como uma frente combinada contra as políticas de gênero, direitos sexuais e outras questões da agenda católica e da direita radical” (Cornejo-Valle; Pichardo, 2017, p. 240). Além das campanhas que organiza, a Hazte Oír também é reconhecida pelas plataformas de campanhas digitais que lançou. Uma delas, a ChequeEscolar.org, criada em 2006, foi a base para uma campanha contra a educação de gênero nas escolas, enquanto a plataforma antiaborto DerechoAVivir.org (Direito à Vida), criada em 2009, ganhou grande visibilidade na marcha antiaborto organizada pelo Foro Español de la Familia (FEF), organização que desempenha um papel central no movimento antigênero na Espanha. “A agenda da Hazte Oír foi atualizada para incluir assuntos atuais, e o seu repertório de disputas é inovador entre os ativistas de direita, incluindo petições de assinaturas online, rebranding ad hoc para campanhas específicas e performances criativas no espaço público” (Barrera-Blanco; Cornejo-Valle; Pichardo, 2023, p. 341).

Como organizações reconhecidas internacionalmente por sua atuação em prol de uma agenda conservadora global (Permoser; Stoeckl, 2021), a Hazte Oír e o CitizenGo estenderam suas atividades a diversos países da América Latina, como é o caso de Chile (Troncoso; Stutzin, 2019), Colômbia (Hernandez *et al.*, 2020) e Equador (Moran Faundes; Peñas Defago, 2020). Documentos



como o “Movilización y fundraising en internet: estrategias que funcionan”, da Hazte Oír, indicam a busca por um alinhamento, em nível global, de organizações conservadoras em volta de questões consideradas importantes. Como é o caso do homeschooling e o combate à “ideologia de gênero”, constructo criado estrategicamente pela Igreja Católica para se contrapor às políticas de equidade de gênero propostas pela Organização das Nações Unidas (ONU) (Korolczuk; Graff, 2018, 2022; Kuhar; Zobec, 2017). Tanto a Hazte Oír como seu braço digital, o CitizenGo, têm sido fundamentais na exportação de uma agenda antigênero para outros países, evidenciando um esforço coordenado e estratégico (Barrera-Blanco; Cornejo-Valle; Pichardo, 2023).

Essa intensa atuação política dessas organizações, que atuam em networking internacional, se apresentando como uma forma de profissionalização do ativismo leigo católico, atraíram as atenções do Vaticano. O contato estreito dessas entidades com a alta cúpula da Santa Sé indica não apenas uma possível aprovação, pela Igreja, das estratégias adotadas pela Hazte Oír e o Citizen Go, mas, sobretudo, um alinhamento tático. Essa aproximação sugere que os *think tanks* de Arsuaga, embora atuando como entidades independentes, servem instrumentalmente a determinados interesses da Igreja Católica. Essas organizações têm atuado, especialmente, onde a doutrina religiosa possui pouca influência, traduzindo “as questões religiosas para uma linguagem secular, apagando deliberadamente a identidade religiosa das exigências e do repertório de mobilização” (Barrera-Blanco; Cornejo-Valle; Pichardo, 2023, p. 341).

No entanto, há intensas controvérsias quanto ao modo de operação e financiamento dessas organizações. A imprensa espanhola, por exemplo, vem considerando a Hazte Oír e seu braço digital como parte de uma rede de extrema-direita transnacional, cujos recursos advêm de países fortemente conservadores, como a Rússia (Forti, 2022). Essa rede teria como objetivo implementar uma agenda contra os direitos LGTBQIAPN+, das mulheres e, especialmente, contra políticas favoráveis ao aborto, “sempre sob a égide moral da Igreja Ortodoxa e do dinheiro dos seus oligarcas” (Casal, 2022).

Considerando o *modus operandi* da Hazte Oír, ressalta-se a relevância que as alianças transnacionais adquiriram para os movimentos antigênero conectados em escala global. Uma vez que esses movimentos compartilham “discursos, estratégias e modos de ação através das fronteiras” (Paternotte; Kuhar, 2018, p. 506), infere-se que as alianças são uma ação coletiva que visa atingir a objetivos partilhados por seus grupos de interesse. Um exemplo: dias depois do treinamento no Brasil, Ignacio Arsuaga e Felipe Nery estiveram novamente juntos, dessa vez, como palestrantes no VI Congresso Internacional Pró-Vida Equador, realizado de 08 a 10 de novembro de 2013, em Guayaquil. Arsuaga falou no evento sobre “A implementação de um modelo político anti-vida e



familiar”, apontando quem promove a cultura da morte, que táticas e estratégias utilizam e a que interesses lucrativos obedecem. Na sequência, Felipe Nery apresentou uma “Revisão da cultura da morte e do plano de ideologização através da educação” (ACI Digital, 2013)⁹

Na perspectiva da ACF, os fóruns profissionais visam “facilitar o aprendizado político entre coalizões” (Sabatier; Weible, 2014, p. 208). Além de proporcionar um espaço onde líderes e ativistas podem compartilhar conhecimentos, técnicas e ideologias, esses fóruns são oportunidades para fortalecer suas posições em debates políticos. O novo encontro entre Arsuaga e Felipe Nery, portanto, não apenas confirmou a conexão estratégica da Hazte Oír e o OIB, mas a própria engrenagem do “aprendizado político”. Ilustra, ainda, como coalizões de defesa não apenas operam dentro de suas fronteiras políticas nacionais, mas também interagem e aprendem umas com as outras em um contexto globalizado, utilizando fóruns profissionais como catalisadores para mudança política e reforço de agendas conservadoras transnacionais. Afinal, conforme a ACF, membros de coalizões de defesa podem aprender dentro e/ou com outras coalizões, dependendo dos estímulos experimentados (Jenkins-Smith *et al.*, 2014).

A formação do OIB e seu subsequente aumento de atividades, particularmente a partir de 2014, pode ser visto como um resultado direto do aprendizado político a partir do suporte institucional e estratégico da Hazte Oír. No entanto, é importante mencionar que, ainda em 2012, Felipe Nery já se movimentava pelos bastidores políticos, articulando oposição ao Projeto Escola Sem Homofobia, apelidado por seus detratores de “kit gay”. Nesse ano, até então reconhecido como “diretor de uma escola religiosa em São Paulo”, Nery se projetou nacionalmente ao acusar que os livros distribuídos pelo Ministério da Educação (MEC) faziam apologia à homossexualidade, bissexualidade e transexualidade. Na mesma semana de sua denúncia, em 04 de julho de 2012, Nery encontrou-se com membros da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) para apresentar seus argumentos. Ao jornalista Tiago Chagas (2012), Nery teria afirmado que:

Nos livros podemos ver que são apresentadas figuras, dentre as quais há uma família dita normal, mas onde também colocam dois homens e uma criança, duas mulheres e uma criança, criança sem o pai, os avós cuidando, filhos adotivos etc. Isso não deveria nem constar nos livros para crianças de seis anos de idade que estão trabalhando a história desta forma. O ‘kit-gay’, de uma outra maneira, entrou nas escolas brasileiras (Nery, 2012).

Ressalta-se, ainda, que, nas últimas décadas, as disputas relativas a gênero e sexualidade estiveram no centro da política brasileira, em diferentes momentos, como nas eleições de 2010, quando deputados religiosos teriam começado, na Câmara, uma ofensiva visando parar

⁹ As palestras desse congresso estão disponíveis em: <http://www.youtube.com/user/familiayfuturofund>.



a distribuição dos materiais do Programa Escola Sem Homofobia. O debate em torno desses materiais do MEC foi central na construção da narrativa de que havia uma conspiração comunista para perverter a moral e os bons costumes, por meio da homossexualidade, da pedofilia, do incesto e da bestialidade. Em 2011, os parlamentares da FPE tinham acusado os materiais do MEC de “ser parte de uma trama para corromper crianças, destruir a família e, pasme-se, ‘implantar o comunismo’” (Facchini; França, 2020, p.12).

Naquele contexto, o veto da presidenta Dilma Rousseff aos materiais do Programa Escola Sem Homofobia, em 2011, não foi capaz de contornar as controvérsias. Pelo contrário. Parlamentares conservadores se mobilizaram ainda mais para reverter as políticas em gênero e sexualidade que constavam nos planos de educação (Aragusuku, 2020). Dessa forma, em 2012, o discurso crítico de Nery contra os materiais do Programa Escola Sem Homofobia oferecia novas oportunidades de reação, aproximando-o de políticos conservadores católicos e evangélicos. Em agosto daquele ano, na 225ª Sessão da Câmara dos Deputados, Nery já era citado, de forma elogiosa, por Marco Feliciano, do Partido Social Cristão (PSC-SP). De acordo com sua fala, Felipe Nery, o pregador Anderson Reis e o pastor dr. Paulo Fernando eram “grandes guerreiros pró-vida”. Feliciano, frequentemente citado como um dos grandes articuladores da mobilização nacional para a retirada de referências sobre gênero e sexualidade dos textos do Plano Nacional de Educação (PNE) (Miguel, 2016; Luna, 2017; Reis; Eggert, 2017), foi, também, central para a entrada do OIB no cenário político da época.

Em 2014, o apoio do PSC¹⁰ às ações do OIB se tornou evidente. O partido deu chancela a dois grandes eventos promovidos pelo OIB em auditórios da Câmara dos Deputados em 2014. O primeiro, o Seminário Mulher, Família e Gênero, foi promovido dia 11 de março, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados. “De forma sintética, pode-se dizer que, além de contestarem as formulações sobre as relações de gênero, as palestrantes procuraram comprometer o feminismo, associando as feministas com a cultura da morte” (Machado, 2018, p. 9). O segundo seminário, denominado de Gênero, Aborto e Sociedade, foi promovido em 27 de maio, no Congresso Nacional, a pretexto de comemorar o Dia da Família. “Nesta ocasião, mais uma vez a temática da defesa da vida e a interpretação naturalista dos gêneros masculino e feminino aparecem associadas nas contestações às perspectivas teóricas feministas” (Machado, 2018, p. 9). O OIB ainda ocuparia o auditório da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de

10 No âmbito da política brasileira, o Partido Social Cristão (PSC) tem se destacado por sua atuação política conservadora, especialmente nas discussões sobre gênero nos planos de educação e nos direitos reprodutivos (Miguel; Biroli; Mariano, 2017). Conhecido por suas fortes raízes religiosas e alinhamento com valores tradicionais, o PSC tem consistentemente promovido agendas que visam a exclusão de qualquer referência à ideologia de gênero nos currículos educacionais, argumentando que tais referências ameaçam os valores familiares (Biroli; Vaggione; Machado, 2020).



Janeiro (Alerj), em setembro de 2014, com um seminário sobre identidade de gênero, reunindo lideranças políticas e outras personalidades. Infere-se, dessa forma, que a denúncia de Nery, em 2012, atendeu a uma estratégia explícita: aproximar o OIB de líderes políticos conservadores, como o pastor Marcos Feliciano, estabelecendo, com eles, alianças estratégicas. Essas alianças possibilitariam, principalmente, acesso às estruturas políticas e a expansão dos discursos do OIB.

Na perspectiva da ACF, o acesso direto à autoridade legal, sejam funcionários públicos, lideranças políticas ou mesmo legisladores e juízes, para tomar decisões políticas é uma estratégia típica para formação de coalizões de defesa (Sabatier; Pelkey, 1987). Uma vez que, suficientemente bem-posicionado para ter algum acesso aos altos funcionários (Hermann, 1990), o OIB buscou ampliar a sua capacidade de influência política e de aquisição de aliados com acesso privilegiado na formulação de políticas. Na ACF, o posicionamento estratégico de indivíduos-chave, em determinados espaços políticos, visa superar as restrições estruturais encontradas em locais administrativos, se constituindo em um fator importante para a ocorrência ou não de mudanças (Haar; Pierce, 2021). Essa estratégia foi sistematicamente usada pelos integrantes do OIB que não só participaram de diversas audiências públicas, com direito à voz, mas passaram a ser membros regulares de comissões externas.

No período de atuação mais intensa do OIB no campo político, entre 2014 e 2018, o *think tank* posicionou-se contrariamente à discussão de gênero nos planos de educação, fazendo oposição, também, a uma maior liberalidade nas políticas reprodutivas. Nesse contexto, Felipe Nery não era mais citado como diretor de escola, mas como assistente parlamentar no gabinete do deputado estadual Reinaldo Alguz (União-SP). Segundo o portal de transparência da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), Nery de fato atuou nessa função entre 19/12/2014 e 22/11/2016. Nos meios católicos da época, Nery era frequentemente mencionado como “diretor do programa de assessoria parlamentar permanente para assuntos de família no Congresso Nacional”.

O posicionamento estratégico de Felipe Nery e de outros membros do OIB na esfera política implicou, sobretudo, em um aprendizado instrumental das tecnologias jurídicas, garantindo às suas pautas antigualitárias um aparato de maior legitimidade.

Conforme se observa no Quadro 1, o OIB adquiriu um papel de relevância no cenário político, atuando na formação de coalizões de defesa nos subsistemas relacionados às questões educacionais e de gênero.



Quadro 1: Participações de Felipe Nery em audiências públicas em comissões

ANO	AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	ASSUNTO
2015	Comissão de Educação, Cultura e Esporte	Em aditamento ao Req.115/2015-CE, o Senador Dário Berger assina o Req. 117/2015 pede a inclusão de Miguel Nagib , da ONG Escola Sem Partido, e de Felipe Nery , do Observatório Interamericano de Biopolítica, na Audiência Pública destinada instruir o Projeto de Lei do Senado n.255, de 2014, que “altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional, e a Lei n. 13.995, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação.
2015	Comissão de Educação	REQ 083/2015, [Requerimento nº 83, de 2015], referente à Audiência Pública destinada à discussão da inclusão da “ideologia de gênero e orientação sexual” nos planos estaduais e municipais de educação, presidido pelo deputado federal Givaldo Carimbão (PROS-AL), à época, presidente da Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana, que tratavam dos efeitos da inclusão da “ideologia de gênero” e “orientação sexual” nos planos estaduais e municipais de educação. A audiência contou com a presença de convidados como: Hermes Rodrigues Nery (Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família); Miguel Nagib (Movimento Escola sem Partido); Felipe Nery , presidente do Observatório Interamericano de Biopolítica e da Rede Nacional de Direito e Defesa da Família, também diretor do Instituto Sophia Perennis; Fernanda Taktani , integrante do Observatório Interamericano de Biopolítica e do Instituto de Biopolítica Zenit; Eduardo Melo , presidente desse instituto e membro do Observatório Interamericano de Biopolítica.
2016	Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher	Audiência Pública realizada em 10 de agosto de 2016, no Plenário 09 da Câmara dos Deputados, em que compareceram os Deputados Jair Bolsonaro e Eduardo Bolsonaro , como não-membros. A reunião de audiência pública fora convocada para debater o tema: “O Significado da Palavra Gênero”, resultado da aprovação dos Req. nº 06/16, de autoria da Deputada Flávia Moraes, e do Req. nº 17/16, de autoria da Deputada Tia Eron. Entre os expositores, três expositores ligados ao OIB: o Padre Paulo Ricardo de Azevedo Júnior , do Clero da Arquidiocese de Cuiabá – MT; a Doutora Lilliana Bittencourt, membro da entidade Rede Nacional de Direitos e Defesa da Família, representando o Professor Felipe Nery , Consultor Pedagógico e Orientador de Família; e o Professor Domenico Sturiale, do Instituto Federal do Tocantins, representando a Professora Fernanda Taktani , Pesquisadora do Observatório de Biopolítica.



2017	Comissão Especial para discutir Liberdade de Opinião no Ensino Religioso	Audiência Pública da Comissão Especial solicitada pelo REQ. Nº 2/15 - do Sr. Flavinho - (PL 6314/2005), que “requer a realização de Audiência Pública para debater a intolerância, a perseguição religiosa e as práticas discriminatórias ao catolicismo e à religião católica”. A audiência foi destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6314, de 2005, do Sr. Takayama, que “acrescenta inciso ao art. 142 da lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal” (excluindo o crime de injúria e difamação quando for a opinião de professor ou ministro religioso). A Audiência teve como 1º vice-presidente o Pr. Marco Feliciano (PODE/SP), com a presença de Felipe Nery como convidado.
2019	Comissão de Seguridade Social e Família	Aditamento ao Requerimento nº 243/2019, da deputada Chris Tonietto (PSL-RJ), relativo à realização, pela Comissão de Seguridade Social e Família, de Seminário de Valorização da Família no Congresso Nacional, para a inclusão do Padre José Eduardo de Oliveira e Silva , Doutor em Teologia Moral pela Universidade da Santa Cruz; Felipe Nery Martins Neto , Diretor do Instituto Sophia Perennis e Presidente do Observatório Interamericano de Biopolítica , dentre outros.
2019	Comissão de Educação	Audiência pública ordinária da Comissão de Educação, dia 19 de setembro de 2019, presidida pela Deputada Chris Tonietto (PSL-RJ), atendendo ao Req. nº 158, de 2019, de sua autoria, com o tema Gênero e educação. A audiência teve, entre seus convidados, o Prof. Felipe Nery Martins Neto , Diretor do Instituto Sophia Perennis; e, por videoconferência, o Padre José Eduardo de Oliveira e Silva , professor universitário e doutor em Teologia Moral, pela Universidade da Santa Cruz.
2021	Comissão de Educação	Em 6 de Maio de 2021, ocorreu a 7ª reunião do ciclo de debates do Projeto de Lei nº 3.179, de 2012, que dispõe sobre educação domiciliar - <i>homeschooling</i> , de autoria do Deputado Lincoln Portela, com o tema Educação Domiciliar: Vivência e Prática. Em outubro de 2015, foi apensado o projeto de lei nº 3.261, de 2015, de autoria do Deputado Eduardo Bolsonaro. A reunião teve, entre seus convidados, Felipe Nery , citado como Presidente do Instituto Sophia Perennis — Consultoria Pedagógica.

Fonte: Desenvolvido pelas autoras com base em pesquisa documental.

A participação de membros do OIB em audiências públicas e comissões parlamentares evidencia como atores políticos utilizam espaços institucionais para influenciar políticas públicas. Como explica Avritzer, “organizações criadas por atores da sociedade civil e que lidam por muito tempo com um problema na área de políticas sociais tendem a assumir a função de representantes da sociedade civil em conselhos ou outros organismos encarregados das políticas públicas” (Avritzer, 2007, p. 457). Essa estratégia é consistente também com as proposições teóricas da ACF, na qual membros de uma coalizão de defesa utilizam o conhecimento técnico e político para persuadir outros *stakeholders* e moldar a política pública (Sabatier; Weible, 2014).



As alianças são importantes em contextos que envolvem processos contenciosos. Nesses contextos, coalizões de defesa, com crenças divergentes, competem entre si para influir nas políticas públicas (Sabatier; Jenkins-Smith, 2014). Assim, formar coalizões de defesa com indivíduos e/ou grupos que compartilham crenças semelhantes é, sobretudo, uma estratégia para garantir que uma agenda se imponha no âmbito político. Assim, é possível que, em um mesmo subsistema de política, coalizões se sobreponham, considerando que “cada uma das coalizões está lutando e negociando dentro do subsistema político para impor suas próprias preferências políticas” (Blake; Nahrath; Ingold, 2020, p. 147).

No caso do OIB, as alianças com outros *think tanks* conservadores, grupos religiosos e organizações políticas foram fundamentais para o seu posicionamento no centro nervoso das discussões sobre educação, gênero e família. Entre as alianças firmadas pelo OIB destacam-se grupos conservadores emergentes como o Movimento Escola Sem Partido (MESP) e o Instituto de Biopolítica Zenith.

O MESP surgiu em 2014, em um contexto político marcado pela crescente polarização e ascensão de forças conservadoras. Nesse contexto, a organização atuou para restringir a pluralidade de ideias e suprimir discussões sobre questões sociais e de gênero no âmbito da escola. Compartilhando crenças semelhantes, MESP e OIB participaram juntos de diversas audiências públicas que tratavam da diversidade sexual e de gênero (ver Quadro 1). As duas organizações também estiveram juntas em eventos como o 1º Encontro Paulista Escola Sem Partido, ocorrido no auditório da Alesp, em 12 de novembro de 2015. O objetivo do evento era divulgar o Projeto de Lei nº 1.301/2015, de autoria do deputado Luiz Fernando Machado, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que defendia que “a escola não é instrumento para provocar no aluno a partidarização, mas sim para formar, com conteúdo isento de ideologia”.

A aliança estratégica do OIB com o Instituto de Biopolítica Zenith se deu a partir de Eduardo Miranda Freire de Melo, seu presidente, membro do OIB, e seguidor do automeado filósofo de direita, Olavo de Carvalho. De acordo com o registro do Zenith, na cidade de Curitiba-PR, em 2015, o instituto tinha como objetivo defender o meio ambiente, apoiar serviços educacionais e proteger as minorias. No entanto, rapidamente incorporou-se às campanhas antigênero. Naquele mesmo ano, o Instituto Zenith e o OIB participaram, juntos, de diversos eventos que discutiam educação, direitos sexuais e reprodutivos. Conforme Teixeira (2019, p. 109), OIB e Zenith estavam ideologicamente alinhados:

O Observatório Interamericano de Biopolítica tem um papel importante nessa cruzada antigênero, bem como o Instituto de Biopolítica Zenit. É frequente a participação de seus membros em eventos na Câmara dos Deputados que tratam de direitos sexuais e reprodutivos. Além da participação político-institucional, seus membros são atuantes nas



redes sociais e em sites oficiais, divulgando informações e produzindo artigos sobre os perigos da ‘ideologia de gênero’.

Eduardo Melo incorporou-se, logo em seguida, ao governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro, ocupando diversos cargos estratégicos. Ele foi diretor da TV Escola, órgão do MEC, e Secretário da Secretaria Nacional de Proteção Global (SNPG), subordinada ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH). Em 2021, Melo foi designado por Bolsonaro para o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT).

Ao evidenciar um processo mais amplo de coalizões que se estabeleceram ao longo do tempo entre o OIB e outros atores políticos, o Quadro 1 deixa entrever que grupos que atuam sob as matrizes das coalisões de defesa aprendem e se adaptam ao longo do tempo à medida que interagem com outros atores políticos e enfrentam mudanças nas condições políticas e sociais (Sabatier; Jenkins-Smith, 2014). Isso pode levar a mudanças nas crenças centrais das coalizões e nas políticas que elas apoiam. Além disso, observa-se que, para potencializarem suas ações, organizações como o OIB usam de táticas como o lobby, a mobilização de base e a disseminação de informações junto à opinião pública, capazes de influenciar a política.

3 Modelo *think tank* adotado pelo OIB no contexto político brasileiro

A ACF defende que a formulação de políticas em sociedades modernas é complexa e que “os participantes devem se especializar se quiserem ter alguma esperança de serem influentes” (Sabatier; Weible, 2019, p. 191). Ao entender que “pesquisadores desempenham um papel ativo nos processos de formulação de políticas” (Sabatier; Weible, 2019, p. 192), o OIB assumiu-se como um grupo de *expertises*, formado por pesquisadores, professores, analistas e consultores. Os membros do OIB eram costumeiramente apresentados a partir de suas credenciais acadêmicas ou *status* no campo profissional. Felipe Nery, por exemplo, era inicialmente reconhecido como “professor, católico, casado e pai de quatro filhos”, passando a ser referenciado como “diretor do programa de assessoria parlamentar permanente para assuntos de família no Congresso Nacional e presidente do Instituto Superior de Educação (ISE)”. Em 2015, Nery já era reconhecido como “professor do curso de pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade Católica Santo Toribio de Mogrovejo (Peru), e membro das organizações internacionais para o desenvolvimento e proteção da família na OEA”.

Da mesma forma, os demais integrantes do OIB foram referenciados a partir de seus títulos acadêmicos: Fernanda Takitani é “formada em História pela Universidade Estadual de Londrina



e pesquisadora do Observatório Interamericano de Biopolítica”; Renata Gusson é “farmacêutica-bioquímica, especialista em Biologia Molecular e pesquisadora associada ao Observatório Interamericano de Biopolítica”; Isabela Mantovani é “dentista, mestra em Saúde Coletiva, pela Unicamp”; Andreia Medrado possui “Licenciatura Plena em Língua Portuguesa e Inglesa, atuando como professora no Governo do Estado de São Paulo”.

Ao enfatizar os atributos acadêmicos de seus membros, o OIB executou um duplo movimento: afastar-se da peja de irracionalidade que atravessa o ativismo religioso, buscando conferir legitimidade a discursos não validados cientificamente, disseminados pelo grupo. Percebe-se, dessa forma, que em se tratando do OIB, estão em disputa não apenas as fontes de autoridade científica, mas o próprio “status do especialista e as formas pelas quais as relações entre academia, políticos, mídia e o público em geral são moldadas” (Korolczuk, 2020, p. 695). Assim, a emulação do discurso secular pelo grupo atendeu à necessidade de fazer valer posições ontológicas e epistemológicas, fundadas em uma moral religiosa, apresentadas como verdade científica, uma vez que as “informações científicas e técnicas desempenham um papel importante na modificação das crenças dos participantes da política” (Sabatier; Weible, 2019, p. 192).

Organizações *think tanks* ocupam um espaço entre o acadêmico e o político, produzindo análises e recomendações com o objetivo de influenciar decisões políticas e a opinião pública (Hauck, 2017). No OIB, essas intencionalidades se tornaram evidentes com a organização de eventos de caráter educativo, como palestras, seminários, workshops e cursos, realizados em ambientes considerados laicos, como universidades e instituições políticas. Para o OIB, tais eventos se constituíram não apenas em oportunidades de promoção de seus pontos de vista sobre questões sociais e políticas; sobretudo, eram uma estratégia de atração de simpatizantes e de formação de novos líderes e influenciadores dentro de sua perspectiva ideológica.

Assim, essa atuação se tornou possível devido ao tipo de organização escolhida pelo OIB em seu processo de formação: o modelo *think tank*. Entendido como uma estrutura com fins políticos que possui considerável autonomia organizacional (Xifra, 2005), o *think tank* desempenha um papel de *advocacy* com a finalidade de influir nas políticas públicas. O OIB adotou o modelo dos *think tanks* tanto no que se refere à estrutura e finalidade como no *modus operandi*, tornando frequente o uso estratégico de técnicas de *advocacy* em suas ações. A *advocacy* tem sido definida como a capacidade de influenciar decisões nas esferas políticas e legais (Dides, 2004; Machado, 2012; Espinosa; Queiroz, 2017). Esse objetivo fica evidente na seção “Quem Somos” do *site* OIB, hoje desabilitado, onde a organização afirma ter como missão “promover o contato direto dos cidadãos com os legisladores a fim de dialogar e intercambiar conhecimento, elaboração de



políticas públicas, estratégias e melhores práticas que auxiliem na defesa da vida, família, educação e liberdade”.

Tradicionalmente associadas a movimentos progressistas, essas estratégias de defesa têm sido cada vez mais apropriadas por grupos conservadores, que visam reverter os avanços progressistas conquistados por minorias políticas. Nesse sentido, um ingrediente adicionado, com eficácia a esse processo, foi o pânico moral, reação de medo ou preocupação exagerada por parte da sociedade em relação a um grupo ou evento, que é percebido como uma ameaça aos valores e interesses sociais (Cohen, 2011). Esse fenômeno, frequentemente amplificado pela mídia e mobilizado por figuras de autoridade, resulta em uma resposta desproporcional ao perigo real apresentado: “sua natureza é apresentada de uma forma estilizada e estereotipada pela mídia de massa; as barricadas morais são montadas por editores, bispos, políticos e outras pessoas bem pensantes” (Cohen, 2011, p. 1).

Conservadores frequentemente usam pânicos morais para consolidar poder e direcionar políticas públicas. Eles criam “demônios populares” (*folk devils*), que servem como bodes expiatórios para desviar a atenção de problemas sociais mais complexos. Isso é evidente na forma como certos movimentos conservadores retratam minorias e subculturas como ameaças aos valores tradicionais, mobilizando a opinião pública para apoiar agendas políticas repressivas (Cohen, 2011).

Observa-se que o OIB usou táticas de pânico moral de forma contínua, não apenas para refletir ansiedades sociais profundas e reafirmar normas e valores conservadores em tempos de mudança social (Machado, 2004). O pânico moral foi usado, sobretudo, estrategicamente para consolidar uma narrativa, e, assim, justificar intervenções repressivas e retrocessos de direitos. Afinal, ao criar e amplificar medos sobre ameaças percebidas, grupos conservadores podem mobilizar apoio para políticas que restringem liberdades civis e reforçam a autoridade estatal (Garland, 2019). Nesse sentido, o pânico moral esteve presente como estratégia operacional do OIB, desde o Seminário de Biopolítica, realizado em 2013. O evento, baseado na agenda “pró-vida”, apresentava como tema: “É preciso conhecer para defender a vida e a família”, das quais se destacam palavras-chaves significativas: “conhecimento”, “defesa”, “vida” e “família”.

O Seminário de Biopolítica visava atrair militantes católicos, entre lideranças pastorais, coordenadores de catequese, professores, agentes comunitários, universitários, agentes da saúde e outros interessados. O texto da convocatória evidenciava o caráter político do evento ao informar que: “a atividade tem como objetivo fazer com que os participantes adquiram uma maior compreensão sobre as diversas questões concernentes à vida humana e à família, oferecendo-



lhes, além da compreensão, meios de ação” (Gaudium Press). De forma enfática, dizia-se que o Seminário de Biopolítica discutiria a “cultura da morte”, considerada a nova frente de batalha “que se levantou contra toda a sociedade cristã”. Essa batalha, dizia a convocatória, “precisa de cristãos que, conscientes da difícil realidade que a sociedade passa, atuem na difusão dos valores da cultura da vida, em oposição à cultura da morte que nos cerca” (Gaudium Press). Além de expressar um desejo urgente de engajar e constituir uma base de atores estratégicos, interessados em questões da “cultura da vida”, o texto evidenciava a ideia de que a vida e a família estavam sob ameaça.

Da mesma forma, em palestras realizadas durante o Seminário Gênero, Aborto e Sociedade (2014), conhecimentos médicos, históricos e jurídicos foram mobilizados para defender a ideia de que as políticas reprodutivas têm objetivos espúrios. Da mesma forma, no Debate sobre Identidade de Gêneros, promovido na Alerj, em setembro de 2014, o grupo visava desqualificar a ideia de que os indivíduos podem escolher livremente suas identidades.

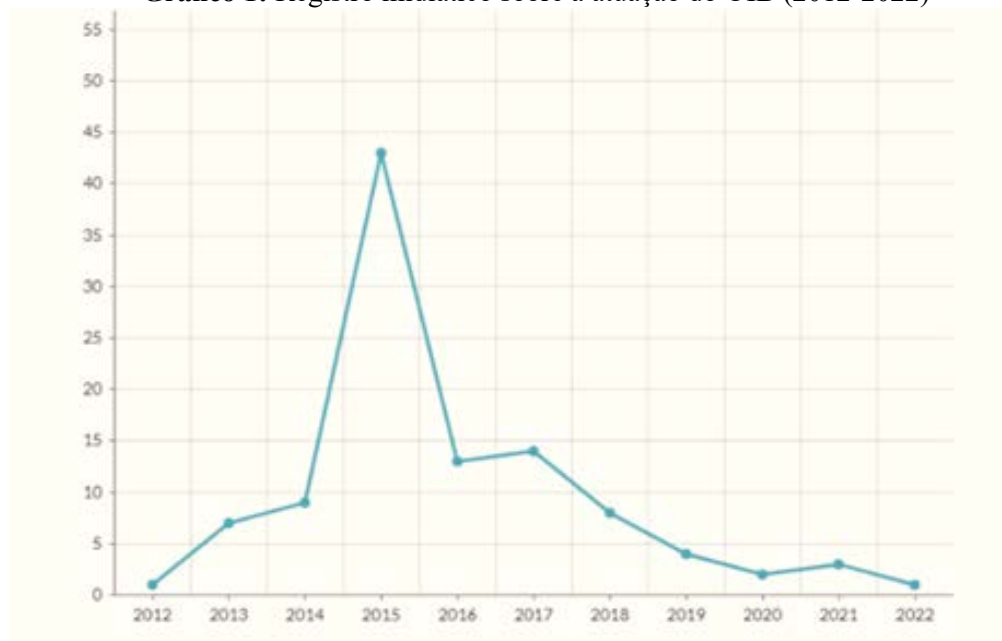
Considerando que um *think tank* desempenha “um papel na formação da opinião pública através de pesquisas regulares e interações com a mídia” (Stone, 2000, p. 168), o OIB buscou, sobretudo, se inserir ativamente nos debates legislativos, se posicionando como uma autoridade moral e científica em questões de gênero e sexualidade. Conforme Stone (2000, p. 154), se um *think tank* busca provocar um impacto de longo prazo no pensamento político, “ele pode convidar políticos e burocratas para participar de seminários em vez de tentar alcançá-los por meio de revistas ou publicações acadêmicas”. Ao estimular o pânico moral, o think tank visava, sobretudo, mobilizar a opinião pública, estimulando que a massa colocasse “pressão sobre o processo de formulação de políticas” (Pathfinder International, 2011, p. 2).

Observa-se que o contexto do surgimento do OIB corresponde a um aumento significativo de manifestações antigênero no âmbito social brasileiro, especialmente na internet. Esses discursos mobilizaram católicos e evangélicos contrários à descriminalização do aborto, à criminalização da homofobia ou à legalização da união de casais LGBTQIAPN+ (Vianna; Bortolini, 2020). Ao disseminar o pânico moral em torno de questões de sexualidade e gênero, o OIB reforçou, também, a narrativa de que existe uma conspiração global envolvendo a ONU, a União Europeia, os governos de esquerda e movimentos feministas e LGBTQIAPN+ com o objetivo de “destruir a família” (Graff; Korolczuk, 2017; Miskolci; Campana, 2017). Essas análises revelam uma estratégia coordenada de movimentos conservadores para utilizar o pânico moral como uma arma política, manipulando medos sociais para promover agendas que limitam direitos e liberdades. Essa abordagem crítica e interdisciplinar é essencial para compreender as dinâmicas complexas e os impactos sociais dessas campanhas de desinformação e medo.



Um detalhe importante deixa entrever as táticas utilizadas pelo OIB nesse período: a sua intensa atividade no âmbito midiático. O *think tank* atuou, sobretudo, na produção de discursos alarmistas, replicados por uma cadeia pouco estudada, formada por centenas de veículos e canais de comunicação, religiosos e laicos. Nesse período, a organização de Nery foi citada de forma recorrente na imprensa e por atores políticos (Gráfico 1), tornando-se a principal fonte sobre o tema “ideologia de gênero” no Brasil (Furlani, 2016; Gomes, 2020).

Gráfico 1: Registro midiático sobre a atuação do OIB (2012-2022)



Fonte: produzido pelas autoras a partir de coleta de dados por meio de API.

Nesse gráfico, observa-se um cenário de cobertura midiática em torno do OIB. De forma geral, de 2012 a 2022, os veículos de imprensa frequentemente associaram o OIB a temas como “ideologia de gênero” (32.71%), “defesa da família” (23.36%), educação (18.69%); e aborto (14.02%). Esses tópicos, juntos, compõem quase 75% das matérias analisadas, sugerindo o OIB como um dos mais atuantes *think tanks* do movimento antigênero no Brasil. A preponderância de matérias sobre o tema “ideologia de gênero” (32.71%) indica que o OIB opera como uma força contrária às políticas de inclusão e diversidade sexual, contrapondo-se, sobretudo, à inclusão do debate sobre sexualidade e gênero nas escolas. A defesa da família (23,36%) e as questões de educação (18,69%) indicam, ainda, que o OIB se posiciona a favor de valores tradicionais e contra as reformas que incluam discussões sobre gênero e sexualidade na escola. Destaca-se, ainda, a conexão entre temas como aborto (14.02%), direitos humanos (9.35%), políticas públicas (9.35%) e bioética (4.67%) na promoção de uma agenda conservadora, opondo-se às mudanças nas normas



sociais e nas políticas relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos.

Nessa série histórica, observa-se, ainda, um aumento da cobertura midiática sobre o OIB, especialmente entre 2014 e 2017. Esse período corresponde ao intenso debate em torno da adoção ou exclusão de conceitos como gênero no âmbito da educação. Destaca-se o ano de 2015, com 43 matérias sobre ações e discursos do OIB. Nesse referido ano, o OIB adquiriu grande protagonismo na exclusão do termo “gênero” dos planos de educação no país. Após a aprovação do PNE sem o termo “gênero”, evidencia-se uma diminuição da cobertura midiática sobre as ações do grupo entre os anos de 2016 e 2018, embora o OIB demonstre ter consolidado sua influência, se engajando ativamente em audiências públicas e comissões parlamentares.

Entre 2016 e 2018, o OIB estava particularmente engajado em campanhas nacionais para influenciar na formulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Em 2016, especificamente, as matérias jornalísticas evidenciam o interesse do OIB em manter acesa a discussão sobre os perigos da discussão de gênero nas escolas. Felipe Nery e outros membros do OIB defendiam, nesse momento, a ideia de que a educação em gênero poderia confundir as crianças e contrariar os valores familiares tradicionais. Em 2018, o OIB expandiu suas atividades para incluir temas mais amplos relacionados à bioética e direitos humanos, sempre sob a perspectiva de proteger a “família tradicional” e contestar políticas que, segundo eles, promoviam a “ideologia de gênero”.

O envolvimento do OIB em debates fortemente polarizados sobre as questões de gênero, educação e valores familiares, áreas que frequentemente cruzam as legislações e políticas públicas. Conforme salienta McGann (2016), *think tanks* procuram influenciar a política governamental e a formulação de políticas públicas por meio de pesquisas, práticas de *advocacy* e intensa mobilização da opinião pública. Isso pode explicar o interesse do OIB na repercussão midiática de suas ações e discursos. A utilização de veículos como o site do Diário Oficial do Estado de São Paulo e da Alesp para difusão de seus discursos e pontos de vistas é um exemplo da influência política que a organização alcançou junto às instâncias decisórias. A cobertura intensa do OIB em veículos oficiais refletiu, portanto, uma estratégia de posicionamento dentro dos debates nacionais mais amplos que ocorriam naquele referido contexto político.

O período de maior intensidade na atuação do OIB no cenário político, entre 2014 e 2018, foi especialmente marcado pela ascensão da direita e do discurso antigênero no espaço público, especialmente no campo político. Foi nesse cenário polarizado que o OIB, como *think tank* do movimento antigênero, encontrou um terreno fértil para promover ideais conservadores em questões de gênero e educação. Uma vez que os *think tanks* não têm autoridade para impor políticas em outros sistemas políticos, seu papel está em “fornecer os argumentos intelectuais e



justificativas para legitimar tais intervenções” (Stone, 2000, p. 50). A esse respeito, Mulgan (2006) sugere que os *think tanks* influenciam a “ecologia das ideias políticas” ao introduzir e sustentar certas narrativas dentro do discurso público. Infere-se, assim, que o papel assumido pelo OIB foi o de impulsionar o constructo “ideologia de gênero” no âmbito político, sintagma que serviu como a “cola” (Petö, 2015), conectando atores políticos, servindo de argumento para a formação de coalizões de defesa contra políticas progressistas.

4 Considerações finais

Este estudo teve como objetivo principal analisar o papel do aprendizado político no fortalecimento de organizações do movimento antigênero. No caso brasileiro, investigamos as repercussões da aliança do OIB com a organização Hazte Oír. A pesquisa utilizou o aporte teórico e analítico da ACF para examinar como essa relação influenciou as estratégias e a posição do OIB no movimento antigênero no Brasil, entre 2013 e 2022. Partindo da hipótese de que a mentoria de Hazte Oír proporcionou um aprendizado político significativo ao OIB, o estudo revela que tal parceria foi crucial para o fortalecimento das capacidades de *advocacy* do observatório, consolidando-o como um *think tank* influente no debate sobre sexualidade e gênero no Brasil. A investigação evidencia que o OIB, ao adaptar e implementar metodologias aprendidas com seus mentores espanhóis, se posicionou como um ator central na promoção de uma agenda conservadora no Brasil. Nesse sentido, após a análise dos dados coletados, confirmamos a hipótese da pesquisa: o aprendizado político fortaleceu as capacidades operacionais e estratégicas do OIB, que se posicionou como um *think tank* capaz de moldar o debate público e deslegitimar avanços progressistas em direitos sexuais e reprodutivos.

O estudo, porém, indica novos caminhos para a pesquisa. É necessário entender como o OIB se inseriu nas redes transnacionais dos movimentos antigênero e se sua atuação se restringiu ao Brasil, embora se anuncie como “interamericano”. Futuros estudos podem explorar, ainda, as repercussões das campanhas do OIB em diferentes âmbitos das políticas públicas, bem como investigar a resposta de movimentos progressistas e organizações de direitos humanos às ações do OIB. Análises comparativas entre o OIB e outros *think tanks* conservadores em contextos geográficos diversos podem oferecer uma compreensão mais ampla das dinâmicas transnacionais e da disseminação de estratégias políticas conservadoras.

Esta investigação é essencial para desenvolver não apenas uma visão mais abrangente do *modus operandi* de *think tanks* conservadores que atuam no movimento antigênero, mas também para equipar os movimentos progressistas com o conhecimento necessário para combatê-los.



Compreender como esses *think tanks* operam é fundamental para formular estratégias eficazes de defesa e promoção dos direitos sexuais e reprodutivos, garantindo a proteção e o avanço das políticas de igualdade e justiça social.

Referências

- ACI DIGITAL. Líder pró-vida e pró-família Ignacio Arsuaga estará presente em workshop em São Paulo. *ACI Digital*, São Paulo, 4 nov. 2013. Disponível em: <https://www.acidigital.com/noticia/26271/lider-pro-vida-e-pro-familia-ignacio-arsuaga-estara-presente-em-workshop-em-sao-paulo>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- ARAGUSUKU, Henrique Araújo. O percurso histórico da “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados: uma renovação das direitas nas políticas sexuais. *Agenda Política*, v. 8, n. 1, p. 106-130, 2020.
- AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 50, p. 443-464, 2007.
- BARRERA-BLANCO, José; CORNEJO-VALLE, Mónica; PICHARDO, J. Ignacio. Indirect Path to Power The Far-Right Catholic Agenda in Spain. In: MASCOLO, Gionathan. *The Christian Right in Europe: movements, networks, and denominations*. [S. l. s. n.], v. 129. p. 337-350, 2023.
- BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. Boitempo Editorial, 2020.
- BLAKE, Kevin; NAHRATH, Stéphane; INGOLD, Karin. Combining the Institutional Resource Regime (IRR) framework with the Advocacy Coalition Framework (ACF) for a better understanding of environmental governance processes: the case of swiss wind power policy. *Environmental science & policy*, Exeter, v. 112, p. 141-154, 2020.
- CASAL, Luis. Una red de ultraderecha une a Vox con los oligarcas rusos de Putin a través de HazteOír y CitizenGo. *El Español*, Madrid, 19 mar. 2022. Disponível em: https://www.elespanol.com/reportajes/20220319/ultraderecha-vox-oligarcas-putin-traves-hazteOir-citizengo/658184665_0.html. Acesso em: 15 jan. 2024.
- CASE, Mary Anne. Trans formations in the Vatican’s war on “gender ideology”. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, Chicago, v. 44, n. 3, p. 639-664, 2019.
- CHAGAS, Tiago. Novo kit gay está sendo distribuído nas escolas, denuncia pedagogo; bancada evangélica pede explicações. *Gospel+*, 5 jul. 2012. Disponível em: <https://noticias.gospelmais.com.br/novo-kit-gay-esta-sendo-distribuido-nas-escolas-denuncia-pedagogo-bancada-evangelica-pede-explicacoes.html>. Acesso em: 11 mar 2023.



COHEN, Stanley. *Folk devils and moral panics*. Abingdon: Routledge, 2011.

CORNEJO-VALLE, Mónica; PICHARDO, J. Ignacio. Actores y estrategias en la movilización anti-género en España: el desplazamiento de una política de iglesia al activismo laico. *Revista Psicología Política*, v. 18, n. 43, p. 524-542, 2018.

CORREDOR, Elizabeth S. Unpacking “gender ideology” and the global right’s antigender countermovement. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, Chicago, v. 44, n. 3, p. 613-638, 2019.

CORREIA, Wilson Francisco. O que é conservadorismo em educação?// What is conservatism in education?. *Conjectura: filosofia e educação*, v. 18, n. 2, p. 78-90, 2013.

DATTA, Neil. Modern-day crusaders in Europe. tradition, family and property: Analysis of a transnational, ultra-conservative, catholic-inspired influence network. *Political perspectives: journal for political research*, Manchester, v. 8, n. 3, p. 69-105, 2018.

DEMORI, Leandro. O ultracatólico que treinou a extrema direita brasileira em 2013. *Intercept Brasil*. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2021/08/18/catolico-espanha-citizengo-treinou-extrema-direita-2013-bolsonaro/>. Acesso em: 20 maio 2023.

DIANI, Mario; LINDSAY, Isobel; PURDUE, Derrick. Sustained interactions? Social movements and coalitions in local settings. In: DIANI, Mario; LINDSAY, Isobel; PURDUE, Derrick. *Strategic alliances: coalition building and social movements*. [S. l. s. n.], 2010. p. 219-238.

DIDES, Claudia. Aproximaciones a los debates públicos sobre sexualidad y reproducción: aprendizajes sobre la introducción de anticoncepción de emergencia en Chile. In: CÁCERES, Carlos F. et al. (Org.). *Ciudadanía sexual en América Latina: abriendo el debate*. Lima: Universidad Peruana Cayetano Heredia, 2004. p. 109-125.

DIÉGUEZ, Antonio. Así es Ignacio Arsuaga, el hombre detrás del autobús de HazteOir.org. *El Mundo* (03/03/2017). Disponível: <https://www.elmundo.es/loc/2017/03/03/58b868f1ca4741ec3c8b45c9.html>. Acesso em: 13 nov 2023.

DUARTE, Raoni Mauricio da Fonseca Lemos. *Discurso e mudança institucional: a atuação dos empreendedores em políticas públicas*. 2019. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de Brasília, DF, 2019.

ESPINOSA, Betty R. Solano; QUEIROZ, Felipe B. Campanuci. Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ: LPP, 2017. p. 49-62.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins (ed.). *Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo*. Campinas: Ed. Unicamp, 2020.



FORTI, Steven. Y el mejor amigo español de Putin es.... *Ctxt*, Madrid, 3 mar. 2022. Disponível: <https://ctxt.es/es/20220301/Firmas/38961/malofeev-rusia-ucrania-guerra-abascal-hazteOír-arsuaga-villar-mir-oligarcas-antigenero-ultraderecha.htm>. Acesso em: 15 jan. 2024.

FURLANI, Jimena. Entrevista. In: DIP, Andrea. Existe ideologia de gênero? Entrevistada: Jimena Furlani. *Pública, Agência de Jornalismo Investigativo*, 30 ago. 2016 [<https://apublica.org/2016/08/existe-ideologia-de-genero/>] – acesso em: 12 fev 2022.

GARLAND, David. Sobre o conceito de pânico moral: on the concept of moral panic. *Delictae Revista de Estudos Interdisciplinares sobre o Delito*, Belo Horizonte, v. 4, n. 6, p. 36-78, 2019.

GARRIDO, José María. La Justicia da por “acreditada” la relación de miembros de Hazte Oír con la sociedad secreta y paramilitar El Yunque. *El Plural* (28/05/2014). Disponível: https://www.elplural.com/sociedad/religion/la-justicia-da-por-acreditada-la-relacion-de-miembros-de-hazteoir-con-la-sociedad-secreta-y-paramilitar-el-yunque_40776102. Acesso em: 14 abr 2023.

GAUDIUM PRESS. Apostolado da Divina Misericórdia, em Curitiba, promove Seminário de Biopolítica. *Gaudium Press*, São Paulo, 18 nov. 2013. Disponível em: <https://gaudiumpress.org/content/53061-apostolado-da-divina-misericordia-em-curitiba-promove-seminario-de-biopolitica/>. Acesso em: 9 maio 2024.

GOMES, Carla de Castro. Propagação dos Termos “Ideologia de Gênero” e “Aborto” nas Mídias Escritas Brasileiras. *Gênero & política en América Latina*. Rio de Janeiro: Observatorio de Sexualidad y Política, ABIA, 2020.

GONÇALVES, Letícia. Reprodução humana na gestão populacional: útero e biopolítica. *Indisciplinar*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 184-199, 2018.

GRAFF, Agnieszka; KOROLCZUK, Elżbieta. *Anti-gender politics in the populist moment*. Routledge: Taylor & Francis, 2022.

HAAR, Roberta N.; PIERCE, Jonathan J. Foreign policy change from an advocacy coalition framework perspective. *International Studies Review*, New York, v. 23, n. 4, p. 1771-1791, 2021.

HAUCK, Juliana Cristina Rosa. What are ‘Think Tanks’? Revisiting the Dilemma of the Definition. *Brazilian Political Science Review*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 1-30 2017.

HENNIG, Anja. Political genderphobia in Europe: accounting for right-wing political-religious alliances against gender-sensitive education reforms since 2012. *Zeitschrift für Religion, Gesellschaft und Politik*, Genève, v. 2, n. 2, p. 193-219, 2018.

HERMANN, Charles F. Changing course: when governments choose to redirect foreign policy. *International Studies Quarterly*, Oxford, v. 34, n. 1, p. 3-21, 1990.



HERNANDEZ, Franklin G. *et al.* *Políticas antigénero en América Latina: Colombia—agentes conservadores contra los derechos sexuales y reproductivos*. Rio de Janeiro: Observatorio de Sexualidad y Política, 2020.

HUNTINGTON, Samuel P. Conservatism as an Ideology. *American political science review*, v. 51, n. 2, p. 454-473, 1957.

JENKINS-SMITH, Hank C. *et al.* The advocacy coalition framework: Foundations, evolution, and ongoing research. *Theories of the policy process*, New York, v. 3, p. 183-224, 2014.

KOROLCZUK, Elżbieta; GRAFF, Agnieszka. Gender as “Ebola from Brussels”: the anticolonial frame and the rise of illiberal populism. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, Chicago, v. 43, n. 4, p. 797-821, 2018.

KOROLCZUK, Elżbieta. Counteracting challenges to gender equality in the era of anti-gender campaigns: Competing gender knowledges and affective solidarity. *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society*, v. 27, n. 4, p. 694-717, 2020.

KUHAR, Roman; ZOBEC, Aleš. The anti-gender movement in Europe and the educational process in public schools. *CEPS Journal*, Liubliana, v. 7, n. 2, p. 29-46, 2017.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, p. 652-664, 2015.

LUNA, Naara. A criminalização da “ideologia de gênero”: uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015. *Cadernos Pagu*, n. 50, p. e175018, 2017.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos. *Religião & Sociedade*, v. 35, p. 45-72, 2015.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, n. 2, p. 1-18, 2018.

MAGALHÃES, Juliana Guidi. *Os fundamentos liberais conservadores da ideologia de gênero e do programa “escola sem partido”: a prática educativa como alternativa no ensino de sociologia crítica*. 2020. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2020.

MARIZ, Cecília L. A Renovação Carismática Católica: uma igreja dentro da Igreja?. *Civitas: revista de Ciências Sociais*, v. 3, n. 1, p. 169-186, 2003.

MCGANN, J. G. Think tanks and governance in the United States. In: MCGANN, James G. *The Fifth Estate: think tanks, public policy and governance*. Washington, D.C.: Brookings Institute Press, 2016. p. 5-61.

MELLUCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais?. *Lua Nova*, São Paulo, n. 17, p. 49-66, 1989.



MIGUEL, Luís Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. *Revista Direito e práxis*, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia; MARIANO, Rayani. O direito ao aborto no debate legislativo brasileiro: a ofensiva conservadora na Câmara dos Deputados. *Opinião Pública*, v. 23, n. 1, p. 230-260, 2017. MINOGUE, Kenneth et al. Conservatism. *Encyclopædia Britannica*. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/conservatism>. Acesso em 2 jan 2024

MISKOLSCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 32, n. 3, p. 723-745, 2017.

MORAN FAUNDES, Jose Manuel Ferrucio; PEÑAS DEFAGO, María Angélica. Una mirada regional de las articulaciones neoconservadoras. In: SANTANA, Ailynn Torres (ed.). *Derechos en riesgo en América Latina: 11 estudios sobre grupos neoconservadores*. Berlin: Fundación Rosa Luxemburg, 2020. p. 241-270.

MULGAN, Geoff. Thinking in tanks: the changing ecology of political ideas. *The Political Quarterly*, Oxford, v. 77, n. 2, p. 147-155, 2006.

NOVAES, Regina Reyes. A divina política. Notas sobre as relações delicadas entre religião e política. *Revista USP*, n. 49, p. 60-81, 2001.

OBSERVATÓRIO INTERAMERICANO DE BIOPOLÍTICA. *Quem somos*. [s. l.], [20--]. Disponível em: <http://biopolitica.com.br/index.php/quem-somos>. Acesso em: 10 jan. 2022.

ORTUNES, Leandro; MARTINHO, Silvana; CHAIA, Vera. Lideranças políticas no Brasil: da Teologia da Libertação ao Neofundamentalismo. *Revista Brasileira de Ciência Política*, p. 195-232, 2019.

PAIVA, Valério. Vereadores de Campinas aprovam “Emenda da Opressão”. *Caros Amigos*, São Paulo, 7 jul. 2015. Disponível em: <https://carosamigos.com.br/politica/5149-vereadores-de-campinas-aprovam-emenda-da-opressao>. Acesso em: 2 nov. 2021.

PATERNOTTE, David; KUHAR, Roman. Disentangling and locating the “global right”: Anti-gender campaigns in Europe. *Politics and Governance*, Lisboa, v. 6, n. 3, p. 6-19, 2018.

PATHFINDER INTERNATIONAL. *Assessing the Political Environment for Advocacy*. [S. l.: s. n.], 2011.

PEREIRA, Gisele Cristina. *O show do Messias neoconservador: moralidades religiosas antigênero e entretenimento televisivo na construção do bolsonarismo*. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

PERMOSER, Julia Mourão; STOECKL, Kristina. Reframing human rights: the global network of moral conservative homeschooling activists. *Global Networks*, [s. l.], v. 21, n. 4, p. 681-702, 2021.

PETÓ, Andrea. Anti-gender Mobilisational Discourse of Conservative



and Far Right Parties as a Challenge to Progressive Politics. In: KOVÁTS, Eszter; PÖIM, Maari (orgs.). *Gender as Symbolic Glue: The Position and Role of Conservative and Far Right Parties in the Anti-Gender Mobilisation in Europe*. Brussels: Foundation for European Progressive Studies (FEPS), 2015. p. 126-131.

PRADO, Marco Aurélio Maximo; CORREA, Sonia. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. *Revista Psicologia Política*, Florianópolis, v. 18, n. 43, p. 444-448, 2018.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. *Educação & Sociedade*, v. 38, n. 138, p. 09-26, 2017.

RIVERA, Ellen. Unraveling the Anti-choice Supergroup Agenda Europe in Spain: A Case Study of CitizenGo and HazteOír. Report. George Washington University Institute for European, Russian, and Eurasian Studies, August, v. 3, 2019.

SABATIER, Paul A.; PELKEY, Neil. Incorporating multiple actors and guidance instruments into models of regulatory policymaking: an advocacy coalition framework. *Administration and Society*, London, v. 19, n. 2 p. 236-63, 1987.

SABATIER, Paul A. An advocacy coalition framework of policy change and the role of policy-oriented learning therein. *Policy sciences*, Dordrecht, v. 21, n. 2/3, p. 129-168, 1988.

SABATIER, Paul A. The advocacy coalition framework: revisions and relevance for Europe. *Journal of European public policy*, London, v. 5, n. 1, p. 98-130, 1998.

SABATIER, Paul A.; JENKINS-SMITH, Hank C. The Advocacy Coalition Framework: An Assessment. In: SABATIER, Paul A. (ed.). *Theories of the Policy Process*. Boulder, CO: Westview Press, 1999. p. 117-166.

SABATIER, Paul A.; WEIBLE, Christopher M. The Advocacy Coalition Framework: Innovations and Clarifications. In: SABATIER, Paul A. (ed.). *Theories of the policy process*. Boulder: Westview press, 2014. p. 189-220.

SABATIER, Paul A.; WEIBLE, Christopher M. The advocacy coalition framework: Innovations and clarifications. In: SABATIER, Paul A. (ed.). *Theories of the policy process*. Abingdon: Routledge, 2019. p. 189-220.

SANTOS, Inês Cristina dos. *Reacionarismo, fundamentalismo cristão e classe média: pontos fundamentais para a vitória de Bolsonaro na eleição de 2018*. 2021. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2021.

SCHLAGER, Edella; BLOMQUIST, William. A comparison of three emerging theories of the policy process. *Political Research Quarterly*, Tucson, v. 49, n. 3, p. 651-672, 1996.

SILVA, Luis Gustavo Teixeira da. *Religião e política no Brasil*.



Latinoamérica. *Revista de Estudios Latinoamericanos*, n. 64, p. 223-256, 2017.

STONE, Diane. Non-governmental policy transfer: the strategies of independent policy institutes. *Governance*, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 45-70, 2000.

TEIXEIRA, Raniery Parra. “Ideologia de gênero”?: as reações à agenda política de igualdade de gênero no Congresso Nacional. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2019.

TRONCOSO, Lelya; STUTZIN, Valentina. La agenda heteropatriarcal en Chile: Cruces entre política, moral y religión en la lucha contra la” ideología de género”. *Nomadias*, Santiago, n. 28, p. 9-41, 2019.

VAGGIONE, Juan Marco. Entre reactivos y disidentes. Desandando las fronteras entre lo religioso y lo secular. In: MAGALLÓN, Rosario O. *Red iberoamericana por las libertades laicas*. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005. p. 56-65.

VERA, Joaquín. Ignacio Arsuaga, el líder iluminado de HazteOír contra la “inquisición gay”. *El Espanhol* (4/3/2017). Disponível: https://www.lespanol.com/reportajes/20170303/197980564_0.html. Acesso em: 14 abr 2023.

VIANNA, Cláudia; BORTOLINI, Alexandre. Discurso antigênero e agendas feministas e LGBT nos planos estaduais de educação: tensões e disputas. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 46, p. 1-25, 2020.

WEIBLE, Christopher M. An advocacy coalition framework approach to stakeholder analysis: understanding the political context of California marine protected area policy. *Journal of public administration research and theory*, Lawrence, v. 17, n. 1, p. 95-117, 2007.

XIFRA, Jordi et al. Los think tank y advocacy tank como actores de la comunicación política. *Anàlisi: quaderns de comunicació i cultura*, Barcelona, p. 73-91, 2005.

